

A criação num “mundo sem fronteiras”: paratopia no período técnico-científico informacional

Luciana Salazar Salgado^{1*} e Ricardo Mendes Antas Júnior²

¹Universidade Federal de São Carlos, Via Washington Luís, km 235, Cx. Postal 676, 13565-905, São Carlos, São Paulo, Brasil.

²Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência.
E-mail: lucianasalazar@ufscar.br

RESUMO. Este artigo propõe uma reflexão sobre a criação autoral no mundo contemporâneo. Assumindo uma perspectiva discursiva, valemo-nos da noção de *paratopia* (MAINGUENEAU, 2006) para analisar materiais característicos do “mundo sem fronteiras”, um efeito de sentido produzido na circulação de fluxos textuais do *período técnico-científico informacional* (SANTOS, 2000). Trata-se fundamentalmente de uma aproximação entre questões discursivas e geográficas, posto acreditarmos que um melhor entendimento das relações espaço-temporais características do período que vivemos podem contribuir para compreender formas de inscrição autoral atuais, como se põem em cena identidades que são tão fortes quanto instáveis, e configuram, assim, uma proliferação de “zonas de fronteira”.

Palavras-chave: autoria, paratopia, período técnico-científico informacional.

ABSTRACT. Authorship in a “world without frontiers”: paratopia in the technical-scientific informational period. This article discusses some contemporary authorship issues by the light of a discursive perspective. Based on the notion of *paratopia* (MAINGUENEAU, 2006), we analyze the so called “world without frontiers” as a meaning-effect founded on texts’ circulation in the *technical-scientific informational period* (SANTOS, 2000). Basically, we propose a rapprochement between discursive and geographical issues, since we believe that a better understanding of space-time relations can help to understand many of the current forms of authorship, the way they build identities which are as strong as unstable, producing a proliferation of “border zones”.

Keywords: authorship, paratopia, technical-scientific informational period.

Introdução

Considerando a hipermídia como um conjunto de técnicas características do que Milton Santos chama de *período técnico-científico informacional*, entendemos que o mundo globalizado se funda numa “imprescindibilidade do discurso”, da qual o ciberespaço é uma materialização expressiva. Da perspectiva discursiva aqui assumida, estribada na análise de materiais linguísticos na sua relação inextricável com o extralinguístico, abordamos os textos como objetos técnicos que podem assumir traços singulares, mas cuja circulação participa de redes de tendência homogeneizante.

No que diz respeito ao ciberespaço, podemos perguntar: um designer que produz por encomenda é um autor, um artista? Um escritor que publica na internet de fato prescinde de todo tipo de trabalho editorial? Quem tem uma página de orkut é efetivamente dono de seus conteúdos? São de fato efêmeras todas as postagens de um facebook? O blogueiro é o único responsável pela circulação de

seu blog?... Em todo caso, o ciberespaço não é todo o mundo, nem um universo paralelo ao “real”, senão parte do mundo contemporâneo, desdobramento histórico de modos de viver de outrora, forjado por práticas que não são homogêneas nem uniformes. O que parecem ter em comum é fazerem parte de uma nova relação espaço-temporal, de um espaço não necessariamente contíguo e de um tempo não necessariamente cronológico.

Esse é o ponto de partida para procurar compreender os fluxos textuais de nosso tempo e, então, suas formas de produção e consumo, noutros termos: como as técnicas de produção e circulação forjam objetos que, por sua vez, sobre elas recaem, num rebatimento que põe em questão toda demarcação – o que há de *real* num *reality show*, por exemplo?

Autoria, leitura e fluxos de texto

Com base numa pesquisa iniciada em 2003, propomos observar a autoria e os textos em seu

movimento de constituição, entendendo que a autoria se efetiva na leitura (de um outro, ou de um outro de si) e que os sentidos se produzem nessa efetivação (nesse encontro, que se dá no texto) (SALGADO, 2011). Essa posição tem implicações teóricas que se inscrevem no quadro da análise do discurso de tradição francesa, seguindo vertentes que se ocupam de compreender os dispositivos enunciativos nas conjunturas históricas em que se configuram, e não restritos aos contextos imediatos de enunciação (MAINGUENEAU, 2006). Interessa a essa orientação teórica a dinâmica em que se instituem identidades (institucionais, subjetivas, textuais, autorais...), e importa considerar que essa dinâmica é entendida como sistêmica: a um conjunto de restrições semânticas, de condicionamentos dos sentidos dos dizeres, corresponde um conjunto de práticas sociais e históricas, de modos de ser e estar no mundo. Mas não se pode desconsiderar que essa dinâmica sistêmica, instituinte de identidades, nada tem de homogênea, e as próprias reiterações de práticas se dão mais ou menos revistas, refeitas, eventualmente levadas a seus limites, enfim, há também, nessa dinâmica sistêmica, equívocos, derivas, diluições, zonas de fronteira.

Diante disso, fazemos a hipótese de que a *criação* se dá quando essa heterogeneidade constitutiva é posta em relevo, quando as identidades são flagradas em seus aspectos menos firmes, tateantes, hesitantes e, ao mesmo tempo, esses aspectos são percebidos como força de transformação do ordinário ou, pelo menos, sugestão de movimento transformador. Nesses termos, a criação se define por apontar o extraordinário. Em todo caso, se se trata de pensar discursivamente, e os objetos discursivos são históricos por definição, *ordinário* e *extraordinário* se definem historicamente também, portanto conjunturalmente é que se pode apreender a criação. E cremos que o conceito de *período técnico-científico informacional* (SANTOS, 2000) é bastante produtivo para a abordagem dessa conjuntura.

Cremos que há proveito analítico no exame das conjunturas que produzem, por exemplo, a longevidade de certas obras, como as de Da Vinci ou as de Shakespeare, para ficar em dois casos emblemáticos do cânone ocidental. Ocorre que, em conjunturas diversas, por razões às vezes bastante diversas, essas obras seguiram apontando para o extraordinário em relação ao ordinário instituído, ou, como cânone, deixaram de circular nos termos da fruição que lhes foi contemporânea, mas não deixaram de ser referidas. Nos dois casos, circulam versões, recortes, menções, remixes...

Algumas questões interessantes se põem aí. A primeira delas, relativa à autoria. Quem é o autor da versão satírica em que contracenam Julieta

Monicapuleto e Romeu Montéquio Cebolinha, de Maurício de Sousa? Lembremos que em 1978 uma peça teatral foi levada ao palco enquanto se produzia a versão televisiva do que saiu em HQ (história em quadrinhos) e também em LP (disco de vinil *long play*) nesse mesmo ano. Se considerarmos todas as adaptações e ajustes que configuram cada um desses meios, que autoria atribuiremos a quais dessas versões? De todo modo, pode-se afirmar que todas elas celebram a autoria de Shakespeare e são interessantes porque nascem daí, dessa história de amor tão lembrada – não necessariamente tão conhecida, se se pensar em termos de contato com o texto shakespeariano, o original. Aliás, a própria noção de *origem* põe um problema. De novo Shakespeare é um caso modelar, pois, como se sabe, há controvérsias em torno da atribuição autoral de seus textos. Seja como for, Shakespeare circula como referência autoral e substrato de tantas criações. Podemos pensar, por exemplo, no prestigiado grupo teatral Galpão, que, nos anos 1990, numa concepção do diretor Gabriel Villela, apresentou um Romeu e uma Julieta circenses inspirados no sertão mineiro de Guimarães Rosa, correndo sessenta cidades brasileiras e mais nove países, sendo aclamado pelos ingleses, em 2000, no palco do Shakespeare's Globe Theatre. O que apresentaram é Shakespeare ainda? De certo modo sim, é justamente isso o que permite aos estrangeiros acompanhar a trama cantada em modinhas de um certo português sertanejo-rosiano.

A segunda questão decorre do modo como abordamos a primeira. A autoria, por exemplo a de Shakespeare, é sobretudo um efeito de recepção, das várias formas de recepção, que são sempre, como já se sabe na longa tradição de estudos sobre leitores e leituras, formas de apropriação. Assim, caberia perguntar: quando é que as releituras e interpretações estão autorizadas a circular como criações, e quando não? Que apropriações se podem pôr em circulação como criação? Em casos como os citados, o extraordinário que nos leva a chamar de criação uma certa apropriação de uma dada autoria é justamente o reconhecimento dessa autoria-primeira e, então, o da segunda, que nela se apoia para produzir algo de novo, ou de renovado, se quisermos ser rigorosos.

A terceira questão que se põe é a da circulação, que abre para a problemática dos meios e suportes como parte inextricável dos fluxos de texto. Sobre isso, voltemos à conhecida passagem do historiador Roger Chartier:

[...] convém lembrar que a produção, não apenas de livros, mas dos próprios *textos*, é um processo que implica, além do gesto da escrita, diversos

momentos, técnicas e intervenções, como as dos copistas, dos livreiros editores, dos mestres impressores, dos compositores e revisores. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas [...] Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições (CHARTIER, 2007, p. 12, grifo do autor).

Pensar dessa perspectiva a circulação dos textos, seus fluxos, é pensar nas suas formas de inscrição material, no modo como gerem o interdiscurso, erigindo-se em unidades reconhecíveis, em identidades, lugares discursivos singularmente ocupados – autor, leitor – e objetos técnicos correlatos – o texto, o livro, a obra. Com base nisso, trataremos das três questões acima indicadas segundo propostas teóricas que entendemos terem a seguinte afinidade: procuram abordar as relações entre práticas sociais e objetos técnicos característicos do período histórico comumente referido como *globalização*, ao qual correspondem os fluxos de texto gerados pelo que comumente é referido como *hipermídia*. Referências tão corriqueiras e difundidas quanto complexas e opacas.

Para pensar nas formas de inscrição dos textos socialmente identificados como criação, recorreremos, então, a discussões do sociólogo Armand Mattelart sobre diversidade e indústria cultural; a noções do geógrafo Milton Santos relativas ao *período técnico-científico informacional*; à noção de *paratopia* elaborada pelo linguista Dominique Maingueneau, que julgamos bastante operacional na análise dos objetos técnicos hipermediáticos.

Um “mundo sem fronteiras”: cultura no período técnico-científico informacional

Evidentemente, pensar sobre *cultura* abre para muitos campos e, em cada um deles, para debates e definições que, mais ou menos transitórias, procuram dar conta da produção simbólica que caracteriza os sujeitos históricos, tanto na sua condição de ancestralidade (todo ser humano *descende de* e assume continuidades ou rupturas com a tradição), quanto na sua condição mais imediata de vida (cultura de um país, de uma região, de uma empresa etc.). Aqui, interessam-nos os fluxos textuais vistos como percursos de produção de sentidos que sustentam ou transformam identidades e, por isso, são tomados como um dos elementos definidores da cultura: os textos são objetos técnicos de alto valor simbólico.

Conforme se disse, interessa compreender a circulação desses objetos técnicos na atual conjuntura. Nossa hipótese inicial ganha relevo quando examinados os fenômenos discursivos característicos da *hipermídia*, que dialoga com as mídias que lhe são anteriores e exteriores, refazendo práticas, afetando e sendo afetada. Para um analista do discurso interessado na circulação, nos modos de permanência de um discurso e nos de transformação, é básica a inter-relação entre práticas sociais e objetos técnicos, partícipes de uma semântica definida na conjuntura histórica. É nessa inter-relação que gostaríamos de nos deter. Para tanto, recorreremos a Mattelart, estudioso das ciências da informação e da comunicação, que assume a perspectiva da história das técnicas para pensar sobre a constituição material dos objetos de alto valor simbólico; e a propostas de Santos, cuja obra supõe a superação da dicotomia entre pólos estanques – o natural e o social – permitindo, com isso, pensar no espaço geográfico como uma dimensão inalienável da sociedade, constituído por formas que corresponderiam tanto aos objetos técnicos quanto às formas naturais humanizadas pela divisão do trabalho, cuja dinâmica sistêmica é dada pelos fluxos de matérias e informações.

Mattelart (2005) lembra que no século XIX é que se instauram um conceito canônico de cultura e a disciplina que a toma como objeto (antropologia cultural ou etnologia), e se propõe,

[...] situar os diferentes movimentos expressivos da história que lhe deram sentido e carrear definições materiais da cultura, das culturas, das interações e dos fenômenos de aculturação que marcaram a vida das sociedades. Escavar o subsolo das palavras instáveis, a fim de isolar as diferentes sedimentações da reflexão sobre a dimensão simbólica dos processos posteriormente conhecidos como inter-, multi- ou transacionalização, depois mundialização e globalização. Permitir ver em que as palavras são dotadas de um poder performativo; como elas agem no mundo (MATTELART, 2005, p. 14).

Desenvolve, então, um raciocínio sobre a “domesticação do diferente”, apontando para nivelamentos e padronizações impostos pelo funcionamento das nações civilizadoras, as mesmas que passam a se ocupar da “salvaguarda da diversidade cultural”. Isso se dá fundamentalmente porque as formas de organização racional do mundo industrializado, inscritas na divisão do trabalho e na diferenciação de funções, altera formas de sociabilidade, fazendo conviverem um certo pluralismo ligado às noções de autonomia e de liberdade (dos indivíduos, dos grupos, das comunidades, das nações...) e uma crescente

normatização das atividades, com a permanente tensão suscitada pela proliferação de fontes de fragmentação (novos fluxos de pessoas, novas formas de emprego, novas necessidades de formação e qualificação...). Instaura-se o *mundialismo*, um estreitamento do mundo materializado, por exemplo, na densa rede de fios e cabos submarinos instalados na virada do século XIX para o XX. Ou nas novas práticas de intervenção territorial, que, em nome da *liberdade* e da *democracia*, transitarão pelo globo como forças expedicionárias que visam garantir o bom funcionamento local onde supostamente falham a *liberdade* e a *democracia* celebradas globalmente. Ou na crescente organização de associações de classe, que podem ser supranacionais e produzem situações de encontro cada vez mais frequentes, conforme o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação viabiliza progressivamente.

Desse universo de intensificação dos fluxos e da produção de objetos técnicos, caminha-se para uma questão de temporalidade: cultura e informação confundem-se como se o fluxo de informação fosse a espuma da cultura, o mais efêmero momento de expressão de uma onda que tem toda uma história de formação. As duas guerras mundiais são marcos disso, é depois delas que o manejo da opinião pública, circunscrevendo a própria noção de *opinião pública*, se põe como política de Estado. E, sendo política de Estado, produzirá um aparato voltado a compreender e mesmo a produzir a opinião pública. A ONU e sua agenda pela paz mundial são exemplos cabais desse aparato legislativo e executivo. No âmbito da ONU, a Unesco deve zelar por valores universais “da educação, da ciência e da cultura” – enumeração que já delimita *cultura* como algo diferente, então, de *educação* e *ciência*. E já aí, nessa busca por estabelecer categorias para poder operar universalmente, as confusões sobre o que seja cultura se dão a ver. Conta Mattelart (2005, p. 57) que,

Na realidade, para além do discurso humanista dos fundadores, o conceito de cultura provoca divisões. A desventura do escritor Louis Aragon, convidado a pronunciar uma conferência magistral na Sorbonne por ocasião da inauguração da Unesco, é um exemplo disso. Ele propôs como título aos organizadores: “La culture et le peuple (ou le gens)”. Na versão britânica o título que apareceu foi: “Culture and People” e na americana “Culture of Masses”. Mas isso ainda não representava o fim das agruras de Aragon. A expressão americana foi revertida para o francês, e a circular que anunciava a conferência trazia o título “Culture des masses”. Quando o texto de sua conferência foi publicado em

1947, a editora da Unesco deu-lhe como título: “Les élites contre la culture”! Essa sucessão de confusões a partir de uma palavra inspira ao escritor esta advertência: “Nada no programa da Unesco poderia ser executado se, desde o início, não se demonstrasse o mais extremo rigor na utilização que ali se faz das palavras”.

Nesse período, Hollywood se firmava como indústria cinematográfica, herdeira de experiências importantes de difusão da imagem e apoiada nas exigências do Plano Marshall, argumento para abrir países europeus aos investimentos dos EUA. Em muitos países, notadamente na França, punham-se questões sobre ser esta uma indústria *cultural*. Na década de 1970, só Japão, Índia e o bloco comunista não viviam a imponência hollywoodiana em seus territórios (MATTELART, 2005). Além desse exemplo incontestado, a indústria fonográfica, de muitos modos ligada à cinematográfica, também se expandia a partir dos EUA, subsidiando rádios e casas de espetáculo no mundo todo. A publicidade e o marketing, com prêmios regionais, nacionais e internacionais, passavam a objeto de formação universitária e a campo de pesquisa legitimado por agências de fomento e estudos psicológicos, sociológicos, entre outros, com vistas a difundir não só produtos, mas marcas, símbolos que produziram novas formas de pertença social (a grife estampada do lado de fora das roupas é uma das materializações dessa diretriz).

Nessa configuração do jogo de forças mundial, as empresas multinacionais revelaram-se cada vez mais transnacionais – elas não assumiam as feições da nação onde se alocavam, conforme advogam certos discursos administrativos do período, mas atravessavam-nas, transitavam por elas, estabelecendo relações muitas variadas entre o local e o global. Nesse movimento desigual e vário é que a ideia de diversidade cultural ainda vive, a despeito de toda essa industrialização produzir padrões, normalizações, standards... Isso se deve à própria transição paradigmática entre o fordismo e a acumulação flexível que caracteriza esse período. O advento das novas tecnologias de informação e comunicação promoveu inicialmente transformações profundas na gestão das corporações, que passaram a se estruturar crescentemente em rede (e não mais em hierarquias piramidais do tipo matriz–subsidiárias, embora esses termos tenham perdurado no imaginário) e, ao mesmo tempo, foi criada a informação monetária pela Reuters – a esse respeito, ver especialmente Kurtzman (1995), que fala na substituição da paridade ouro-dólar pelo padrão megabyte. O dinheiro também se transformava num objeto técnico, permitindo,

assim, novas estratégias de ação das corporações (ANTAS JÚNIOR, 2005).

É também nos anos 1970 que o *free flow of information*, pauta das políticas de Estado dos EUA, implanta-se em muitos países, aos quais cada vez mais aparelhos tecnológicos chegavam, instituindo novas práticas do que se passou a chamar internacionalmente de comunicação: acesso e participação nos fluxos de informação.

A entrada na era pós-colonial inverte no conjunto do sistema das Nações Unidas a relação de forças Norte/Sul. A Unesco se transforma no epicentro dos debates sobre a troca desigual dos fluxos de informação e de comunicação. A defesa do Movimento dos Países Não-Alinhados de “uma nova ordem mundial” nesse campo equivale aos esforços desenvolvidos pelo grupo dos 77 para mudar os termos do intercâmbio comercial por meio de uma “nova ordem econômica mundial”. A reivindicação a um “direito à comunicação”, em seus dois aspectos, acesso e participação, perturba a ordem midiática (MATTELART, 2005, p. 80).

Entre outras coisas, firmam-se tendências como a mudança da designação de grandes agências publicitárias, que passam a consultorias de comunicação; *comunicação* passa a ser um termo que figura em ministérios, secretarias e toda sorte de instância administrativa decisória, em instituições públicas e privadas; a diversidade é, paradoxalmente, proclamada como padrão de excelência. Em termos discursivos, isso é muito relevante: ser diverso supõe um parâmetro de comparação – diverso de quê? Toda a indústria cultural será afetada por essa pergunta, porque será chamada a mostrar “diversidade”, portanto a erigir parâmetros identitários, e isso só será possível com o desenvolvimento de precisos instrumentos de domínio eletrônico do tempo que permitam a observação e a medição dos públicos (*targets*), das flutuações de seus comportamentos. Trata-se de considerar que,

Não há cultura sem mediação, não há identidade sem tradução. Cada sociedade retranscreve os signos transnacionais, adapta, os reconstrói, reinterpreta, reterritorializa-os, “ressemantiza-os”. E isso em diversos graus, de acordo com os campos, segundo o “coeficiente de internacionalização”, como diriam Durkheim e Mauss, das sociedades e dos grupos. A ideia de apropriação individual e coletiva corresponde a uma mudança de paradigma no conjunto das ciências humanas, que abre para novos objetos de pesquisa, para novos métodos, para novas referências teóricas. Visão reticular da organização social, retorno ao sujeito em seu estatuto de ator, aos mediadores e intermediários, aos vínculos intersubjetivos, aos rituais do cotidiano, aos saberes

comuns, às artes de fazer dos usuários ou praticantes, às identidades de proximidade e às inscrições múltiplas são alguns de seus traços (MATTELART, 2005, p. 97-98).

Isso explica nossa aproximação com a geografia de Milton Santos. Seu conceito de *período técnico-científico informacional* circunscreve o que se passa desde os anos 1970, quando se firmam as redes em que a dinâmica local/global se constitui, produzindo padrões ao saudar a diversidade. A periodização geográfica não prescinde da histórica, mas não coincide com ela; estudando o espaço, estuda-se nele o tempo: o espaço é uma acumulação desigual de tempos, compõe-se de divisões pretéritas e contemporâneas do trabalho num dinamismo conjunto, produzindo o que comumente se denomina *presente*.

Em artigo fundador, publicado em 1977 no n. 54 do *Boletim Paulista de Geografia*, Santos propõe “a formação socioespacial como teoria e como método” para abordar as relações entre sociedade e espaço:

Pode-se dizer que a Geografia interessou-se mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1977, p. 82).

Desenvolve, a partir daí, um corpo teórico em que o espaço se põe não como receptáculo inerte de ações humanas que o moldam segundo suas necessidades, mas como responsivo às práticas sociais, tão assimétrica e heterogeneamente responsivo quanto o são as práticas cultivadas numa sociedade. Ora, numa sociedade intensamente tecnificada sob os auspícios da ciência, que vê explodirem os fluxos de informação e de comunicação, estudar a materialidade espacial permitirá compreender como as práticas constroem os objetos, que recaem sobre as práticas, que recaem sobre os objetos, em uma dialética sócio-espacial que institui materialmente o mundo humano, as coisas de que ele vai sendo feito.

Isso permite entender o que são objetos técnicos. Um rio como o Tietê, na cidade de São Paulo, não é só um rio, pois foi retificado para dar lugar às vias marginais, sofreu várias manobras de contenção, recebeu vazão canalizada de outros rios e córregos, teve redefinidas suas margens, tem seu fundo

escavado permanentemente. É um sistema técnico constituído por objetos técnicos, engenho humano materializado; materialização que se dá pela identificação de certas necessidades e certas possibilidades; identificação que acontece a partir de certos lugares socialmente demarcados; demarcação instituída historicamente. Dessas redes se faz o espaço geográfico, da atribuição de funções e valores a rios, vias, edificações, regimes pluviométricos, computadores, livros e outros engenhos humanos portadores da semântica em que se instituem. Embora haja muito mais a dizer a respeito das categorias fundamentais dessa visada geográfica, arriscamo-nos a seguir adiante com esses rudimentos, para chegar ao trabalho de Santos que mais nos interessa nestas reflexões sobre os fluxos de texto atuais, nos quais examinamos a criação como um jogo entre ordinário e extraordinário. Em *Por uma outra globalização*, Santos aponta a “tirania da informação e da financeirização” como pilares da versão concentradora e excludente da globalização. Explica:

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. [...] As técnicas são oferecidas como sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história.

No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária.

Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes (SANTOS, 2000, p. 23-24).

Desse modo, as tecnologias da informação e da comunicação trazem ao período elementos inéditos, já que o espaço geográfico, além dos eixos das sucessões e das coexistências, passa a contar com o advento da ubiquidade. Vale-se crescentemente da simultaneidade espaço-temporal como um recurso a ser explorado na acumulação de capitais em diferentes setores econômicos; as corretoras e os bancos de Wall Street, junto com as grandes empresas de comunicação estadunidenses e europeias, foram, sem dúvida, dos primeiros a experimentar, explorar e investir pesadamente na

produção e na expansão dos sistemas técnicos voltados a essa produção nova da dinâmica espacial.

A existência das possibilidades técnicas da simultaneidade espaço-temporal não bastava para que essa nova estrutura se realizasse. Foi preciso uma articulação política entre agentes públicos e privados para que a circulação de informações (na forma de ordens, dinheiro, imagens, textos etc.) se efetivasse de modo operacional e confiável. Esse esforço instituiu novas formas de relação entre corporações e entre o público e o privado. Também conduziu à estruturação de sistemas e objetos técnicos mais precisos, compostos por intensos conteúdos de ciência, e conseqüentemente foram se tornando monofuncionais e rígidos, condição de seu bom funcionamento com comandos a distância. Esse processo que pressupõe a participação de agentes variados da esfera pública e uma gama diversa de agentes corporativos e também não-corporativos, além dos novos agentes governamentais e não-estatais – as ongs –, conduziu a profundas transformações; inclusive novas formas de direito começaram a emergir (*Lex Mercatoria*, direito da produção, direito sistêmico), isto é, novas regulações para dar conta das práticas inéditas promovidas pela simultaneidade. É a partir dessa conjuntura marcada por uma aceleração da história, pela emergência incessante de novas práticas, novas técnicas, até mesmo novos setores econômicos (surge o quaternário, composto por novas formas de consultoria, como os serviços de telecomunicação) que Santos teoriza sobre o período, propondo os *elementos da globalização*, aspectos de uma totalização em movimento, separáveis apenas para fins analíticos, embora claramente identificáveis: *motor único, unicidade técnica, convergência dos momentos e cognoscibilidade planetária*.

Assim, para compreender a lógica processual desse período, assentada em fluxos proliferantes, é imperativo compreender esses elementos e suas manifestações empíricas. O *motor único*, alimentado pela mais-valia global que se forma a partir da criação da informação monetária, é evidentemente uma forma dominante de produção e expansão do capital, e se manifesta predominantemente como capital financeiro, mas não substitui os motores que já existiam. Desse modo, há o motor único, mas há também os vários motores que constituem o sistema econômico atual – o motor estadunidense, o francês, o brasileiro etc.

A *unicidade técnica*, fruto das novas tecnologias, como os outros elementos, apresenta a característica singular de sistemas técnicos e objetos técnicos ubíquos e universais, cuja tendência é de unificação. Eles têm a capacidade de unificar os demais sistemas,

impor ritmos e instaurar lógicas e finalidades para seu funcionamento. De fato, sem a fase fordista precedente, essa dinâmica não seria possível, porque antes da unificação foi necessária a etapa de padronização dos sistemas técnicos, bem como das suas normas de uso.

Essa aceleração da história traduzida pela emergência de novas técnicas que permitem a conexão instantânea entre diferentes lugares e que instauram novas práticas sociais, institui a *convergência dos momentos*; a possibilidade que hoje temos do conhecimento instantâneo do acontecer do outro. Esse é um dado do período que, à primeira vista, presta-se a saber mais rapidamente da vida alheia e, embora seja fato, é também um dado da hegemonia, por exemplo: quando um furacão no Caribe se dirige para o sul dos Estados Unidos, a bolsa de valores em São Paulo começa a ter os preços das empresas de suco de laranja valorizados, com a expectativa de que a tempestade devaste as produções agrícolas daquele país.

Esse mesmo exemplo nos serve para falar da *cognoscibilidade planetária*, intimamente relacionada à convergência dos momentos: a informação da tempestade tropical – direção, velocidade, momento de origem e momento de impacto – é produzida por um conjunto de técnicas (orbitais, nesse caso), de especialistas e de empresas que fazem circular textos (informes, contratos, notícias, estudos etc.). A cognoscibilidade planetária retoma a superfície da Terra como plana, na medida em que agora, supostamente, é possível saber de tudo o que se passa no planeta; há uma matematização da paisagem com a produção e a difusão instantânea de conhecimentos, mais ou menos banais, mais ou menos científicos, de todo tipo de informação localizada na rede mundial de computadores, que vem servindo de modo crescente para orientar ações de todo tipo, principalmente onde as gerações mais recentes se organizam em termos de mercado de trabalho. Eis o período técnico-científico informacional esboçado apenas, mas que nos permite entender que,

Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Assim, todos nos tornamos ignorantes. Esse é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos, todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações a nos tornarmos, de novo, ignorantes; mas também a aprender tudo de novo [...] (SANTOS, 2000, p. 87).

Daí que o efeito de sentido “mundo sem fronteiras” se produza num movimento incessante de erigir fronteiras, instituir identidades e desfazê-las ou refazê-las, num movimento em que se formulam as balizas do que é ordinário e do que é extraordinário.

Criação como paratopia

Instabilidade, descontinuidade, proliferação. Interessa-nos aqui compreender de que modo a identidade autoral se constrói nessa dinâmica de produção e consumo de objetos técnicos, entre os quais os textos são os que mais contundentemente põem em circulação discursos. Lembremos que por *identidade autoral* referimo-nos ao que se depreende dos textos publicamente recebidos como *criação*. Nos termos que Maingueneau propõe, a identidade autoral se estabelece na relação que mantém com sua encenação textual, isto é, com o modo como se põe em cena nos textos, o que inclui sua circulação. Em seu estudo sobre o discurso literário, desdobrando o corpo teórico que desde 1984 vem construindo no quadro da análise do discurso, propõe que entendamos a autoria como “um impossível lugar”:

A *doxa* advinda da estética romântica privilegia a singularidade do criador e minimiza o papel dos destinatários, bem como o caráter institucional do exercício da literatura, sendo a instituição na maioria das vezes considerada um universo hostil à criação. É a própria estrutura do ato de comunicação literária que se vê negada dessa maneira. Contudo, para produzir enunciados reconhecidos como literários, é preciso apresentar-se como escritor, definir-se com relação às representações e aos comportamentos associados a essa condição. Claro que muitos escritores, e não os menos importantes, retiram-se para o deserto, recusando todo pertencimento à “vida literária”; mas seu afastamento só tem sentido no âmbito do espaço literário a partir do qual eles adquirem sua identidade: a fuga para o deserto é um dos gestos prototípicos que legitimam o produtor de um texto constituinte. Eles não podem situar-se no exterior de um campo literário, que, seja como for, vive do fato de não ter um verdadeiro lugar (MAINGUENEAU, 2006, p. 89).

Observe-se que é um *impossível lugar*, e não um *lugar inexistente*. Os textos são escritos, circulam, são lidos, existem; e por existirem, do modo como existem, é que nos põem estas questões. Com base nisso, Maingueneau pensa a dinâmica da produção literária em três planos: um *espaço*, feito de objetos e práticas que levam os indivíduos a assumir lugares (de leitor, de escritor, de mediador etc.); um *campo*, em que se confrontam posicionamentos estéticos definidos, entre outras coisas, pelos gêneros de

discurso mobilizados; e um *arquivo*, isto é, uma memória discursiva que, ao mesmo tempo em que se põe como herança de toda nova criação, é incessantemente refeita, retrabalhada na sua relação com cada novidade. Tripartição que pode ser finamente compreendida se consideradas as condicionantes do período técnico-científico informacional, conforme detalhamos acima.

Nessa dinâmica conjuntural em que o lugar de autor se institui como ponto nodal de uma rede – em que há pontos correlatos, como o lugar de leitor –, cremos que a proposta de pensar a autoria como *paratopia*, elaborada num estudo dos textos literários como manifestações de um *discurso constituinte*, isto é, não tópico, que fala por si, sem recurso a outros discursos, valha para os textos em geral, respeitadas as diferenças que caracterizam os *espaços, campos e arquivos* em que cada texto se inscreve. Segundo Maingueneau (2010, p. 161, grifos do autor),

Se toda paratopia minimamente expressa o pertencimento e o não-pertencimento, a impossível inclusão em uma “topia”, podemos classificar os tipos de paratopia que um produtor de discurso constituinte é suscetível de explorar. A paratopia pode assumir a forma de alguém que *se encontra em um lugar que não é o seu*, de alguém que *se desloca de um lugar para outro sem se fixar*, de alguém que *não encontra um lugar*; a paratopia afasta esse alguém de um grupo (paratopia de *identidade*), de um lugar (paratopia *espacial*) ou de um momento (paratopia *temporal*). Acrescentem-se, ainda, as paratopias *linguísticas*, cruciais para o discurso literário, que caracteriza aquele que enuncia em uma língua considerada como não sendo, de certo modo, sua língua.

Para tanto, propõe observarmos que, nessa dinâmica, a unidade do lugar de autor é feita de aspectos pessoais (mesmo que o ser empírico não seja inteiramente apreensível no texto – e talvez não o seja de nenhum outro modo –, parece inegável que a vida que se leva, as relações que se cultivam, as experiências que se tem são parte inextricável de uma obra); de aspectos ligados a um reconhecimento social do pertencimento à dinâmica acima descrita (o que explica, entre outras coisas, a força do *star system*, que muitas vezes faz de textos banais verdadeiras referências culturais de uma comunidade discursiva); e de aspectos ligados ao trabalho com o material linguístico propriamente (que decerto se dá em toda enunciação, mas que, no caso da literatura, em particular, e, mais amplamente, de todo material escrito destinado a circulação pública, é a razão de ser dos textos).

Essas instâncias da unidade autor – *pessoa, escritor e inscriptor* – se articulam num nó borromeano; são, portanto, indissociáveis, ainda que diferenciáveis.

Instâncias que se conjugam assimetricamente, conforme os espaços, campos e arquivos se articulam. E mesmo no caso de discursos tópicos, como o político ou o humorístico, por exemplo, parece possível observar esse jogo, esse modo de pôr-se em cena. Podemos pensar em como se espacializam as trocas definidoras de lugares discursivos: uma autoria é sempre autoria *de alguma coisa*, assim como a leitura. Faz diferença ser autor de um folheto informativo, de uma tese de doutorado, de um artigo, de uma crônica jornalística etc., assim como ser leitor de cada um desses tipos de texto; práticas sociais e objetos técnicos distintos estão ligados a cada um desses tipos de texto, que se produzem cada qual num campo, onde circulam e que, ao mesmo tempo, ao circularem, constroem. E esses campos são tecidos por memórias variadas, cultivadas em cada comunidade discursiva conforme as relações espaciais e temporais que produzem sua realidade material, que caracterizam uma dada formação socioespacial.

Maingueneau fala em *tropismos*, isto é, em tendências à paratopia mesmo nas textualizações de discursos que não podem se autolegitimar, que precisam recorrer a outros como fonte, mas soam como identidades ancoradas num Absoluto, efeito produzido por certas práticas características do mundo contemporâneo. Fala também em *atopia* (caso do discurso pornográfico, que existe e não pode existir ao mesmo tempo) e em *mimotopia* (caso do discurso publicitário, que duplica todos os outros como simulacro) (MAINGUENEAU, 2010, p. 164-170). No período técnico-científico informacional, essas relações, como vimos, resultam de um certo entendimento da cultura, em que a definição de fronteiras identitárias parece nunca estar dada, é função discursiva permanente. Se pensarmos, por exemplo, em como os materiais que se dizem alternativos ou marginais são hoje prontamente rotulados de “cult” e, assim, passam a pertencer à rede, ao sistema ou ao conjunto de sistemas de objetos, logo entenderemos a necessidade incessante de os textos, em seus fluxos, firmarem-se numa explicitação dessa dinâmica constitutiva. O que é o extraordinário num mundo em que o ordinário a todo tempo se refaz? O que faz com que certos materiais sejam recebidos como criação e não mera reprodução do que foi criado alhures, outrora? Como, numa unicidade técnica que se apresenta em rede, numa rede altamente abarcante, movida fundamentalmente por um *modus operandi* político e econômico dado pelo motor único, em que se produz um efeito de convergência dos momentos e de cognoscibilidade planetária, subsumindo descontinuidades temporais e espaciais, certos textos

são entendidos como singulares, especiais, distintos da massa de textos que se põe a circular todos os dias?

Voltando a nossa hipótese inicial, podemos refinar sua formulação: a criação no período técnico-científico informacional tem a ver com o modo paratópico de gestão das cenas enunciativas que configuram os materiais textuais postos em circulação.

Com vistas a oferecer uma pequena amostra dos dados que temos compilado, segue-se uma breve análise. Trata-se de um dos textos que compõem o conjunto Blogs do Além, uma coluna do semanário *Carta Capital*, revista publicada pela editora Confiança desde agosto de 1994 sob responsabilidade do jornalista Mino Carta, e que tem se oposto frontalmente a outras publicações semanais, algumas de longa tradição no Brasil, firmando uma identidade que assume abertamente posições políticas, inclusive em períodos eleitorais, pondo em questão procedimentos de veículos jornalísticos que se dizem *neutros* ou *independentes*, ou que revelam posicionamentos dispersamente, entre colunistas. Um aspecto importante para as questões de identidade e fronteira que abordamos aqui.

No caso dos Blogs do Além, note-se o recurso a uma voz “do além”, fartamente explorado no discurso literário, por exemplo, que aqui é conjugado a uma formatação das novas mídias (o blog) que se caracteriza por vivacidade, constante alimentação, e um arquivo que se produz agilmente, organizado por ano, mês e semana. E se trata de um “blog” impresso, ou seja, uma cenografia do que seria um blog prototípico figura como coluna de comentário, com traços literários (é sempre uma fabulação e uma busca por um estilo que legitime essa fabulação); traços humorísticos (convoca-se uma voz do além para comentar jocosamente episódios midiáticos da semana); e traços de editorial (assumem-se posições firmes, opina-se com tom de autoridade).

No que diz respeito à cenografia de um blog prototípico, a estratégia é uma regularidade que garante identidade aos Blogs do Além: sempre numa única página, o enquadramento reúne uma foto do convocado da semana, que encima o item “Sobre mim”, que, por sua vez, encima o item “Sobre o Blog”. Eventualmente há alguma enquete com alternativas; no Blog do Shakespeare, por exemplo, questiona-se “Eis a questão:”, e as alternativas são “Ser” e “Não ser”). Ao fundo de cada um dos blogs do além, há imagens, cores e outros recursos gráficos que evocam os *templates* editáveis oferecidos na internet, recursos explorados para compor a identidade das vozes que falam nas postagens, que

terminam com as indicações automáticas dos blogs – “Postado por X”, “X comentários”.

Mas não é um blog, é uma coluna impressa. E nasceu assim, evocando a hipermídia para compor algo que poderíamos chamar de uma velha mídia. Dado o sucesso da coluna, criou-se um site – não um blog – onde todos os blogs do além compõem uma galeria que não faz de cada um deles blog de fato: estão na internet com cenografia de blog, mas num site. Aliás, é interessante notar que, ao serem efetivamente abertos para comentários quando vão para o site, seguem não sendo mera reprodução digital do que saiu impresso na revista, pois novos sentidos se produzem na interação com uma rede de leitores, que não são os da revista *Carta Capital* necessariamente. Há diferenças entre ler o blog do além inserido no conjunto do semanário, impresso, e no site, que é uma galeria digital dos blogs impressos. Decerto há toda uma gênese que pode ser remontada para os leitores dessa nova rede, mas que se põe de modo distinto, de saída, porque no site aparecem explicações que não aparecem na revista:

Com periodicidade de mais ou menos uma vez por semana, um novo personagem do além baixa aqui – pode ser um grande gênio da humanidade ou um escroque completo. O critério para ser psicografado é amplo. Na verdade, basta ser famoso e ter morrido. Nem humano precisa ser. Porém, todos são retratados pelo mesmo médium que, ao contrário dos verdadeiros, intervém na forma, conteúdo e estilo – se é que há. Por isso, não fique decepcionado por qualquer declaração que algum ídolo seu possa ter enviado lá do outro lado. Saiba que ele também está descontente e lhe manda lembranças.

É preciso dizer que este blog nasceu (e continua) como uma coluna da revista semanal *CartaCapital*. Não posso negar que ele incorporou um pouco do espírito da velha mídia. Os personagens são pouco interativos: eles respondem a uma pequena quantidade de comentários. Também pudera: atualmente, a galeria já passa dos 150 nomes. Pretendo agora, com a reforma do blog, deixar essa área mais viva, com e sem trocadilhos (BLOGS DO ALÉM, 2011).

Nos termos das questões identitárias de que tratamos aqui, é interessante observar que há critérios, não só o critério declarado – *ser famoso e ter morrido* – mas, entre outras coisas, todo um léxico ligado à forma como se dá a convocação do morto – *baixa aqui, médium, lá do outro lado, espírito...* Trata-se da evocação do campo da psicografia, é desse modo que o “além” intervém. Note-se, porém, que o “médium”, aqui, *retrata*, e quem “baixa” é um *personagem* do além – ficção? Pode-se dizer que não é propriamente uma psicografia, mas uma cenografia

que evoca essa prática para ser outra coisa: a simulação do que os *verdadeiros* médiuns fazem – o autor dos blogs, Vitor Knijnik (2011), não é verdadeiro porque, segundo sua declaração, um médium não interviria *na forma, conteúdo e estilo* – supostamente um médium não é um editor, muito menos um criador: ele reproduz *ipsis litteris* o que um “autor” do além “dita”?

Em todo caso, não se trata de louvar ninguém – *pode ser um gênio da humanidade ou um escroque completo* –, mas pode ser que qualquer desses – *gênio* ou *escroque* – seja *ídolo* de algum leitor. Farrah Fawcett, Ernesto Geisel, Michelangelo, MacLuhan, Pedro Collor, Yves Saint Laurent, Shakespeare... não há uma linha reta no perfilar de personalidades (ou personagens?) convocadas, isto é, não se pode pensar nesse conjunto em termos de lógica cronológica, ou de contiguidade espacial, ou de afinidade cultural; são vozes que têm mais ou menos a ver com um acontecimento da semana, com um tema em grande circulação midiática, mas que têm a ver na medida em que a cenografia construída nas postagens cria essa relação. E elas não “baixam” apenas confirmando os estereótipos em que Knijnik se apoia, é preciso operar com elementos conhecidos do grande público para que a cenografia funcione e também garantir o tom jocoso, que lhe dá possibilidade de emitir opiniões fortes autorizadas pela zona opaca do humor, da “brincadeira” posta em cena; afinal, são convocadas memórias de pessoas de verdade, fatos históricos, temas em franca circulação, mas tudo aparece como fabulação nessa cenografia. Assim, as “postagens” (que não são propriamente postagens, pois não estão num blog, *on line*) são “psicografadas” (embora não sejam propriamente psicografadas, pois não é um verdadeiro médium que se encarrega de ouvir um verdadeiro além) conduzem a raciocínios nada óbvios. Em 1º de junho de 2011, a postagem de MacLuhan, intitulada “A essência é a mesma”, abordava as questões pensadas na *Galáxia de Gutenberg* para constatar, diante da profusão de declarações midiáticas em torno da queda ou saída de um ministro, que “é preciso encarar o fato de que, às vezes, a mensagem é a mensagem” – o que põe em questão a fórmula já bastante assentada “o meio é a mensagem”.

A paratopia é a base da criação dessas figuras que transitam do óbvio estereótipo à reflexão que põe em xeque paradigmas culturais. No site que reúne os “blogs”, a apresentação de Vitor Knijnik é também material paratópico; produz-se uma identidade que tem características típicas das redes sociais – nome, profissão, atividades que aprecia etc. – geradora de uma imagem de autor instável, que mostra traços da

pessoa, do escritor e do inscritor assimetricamente arranjados:

Vitor Knijnik já foi fotógrafo de eventos, videomaker, roteirista, e professor secundarista. Publicitário de formação e ofício. Foi fundador e sócio da Dez Propaganda. Atualmente, é vice-presidente de criação da Energy/Powered by YR. É pai, colunista e blogueiro recente (BLOGS DO ALÉM, 2011).

Registre-se que o texto está em terceira pessoa: distanciamento que permite construir uma imagem em que, de novo, não há uma linha reta a constituir a voz que fala – *é pai, colunista e blogueiro recente*, por exemplo. A princípio, categorias sem qualquer paralelismo entre si e em relação às informações sobre a formação e o ofício – e devemos considerar que separar a formação do ofício também gera o efeito transfronteiriço de que falamos; é bastante comum hoje que se passe por um tipo de formação e se exerça ofício totalmente distinto ou distante dela.

Comentamos a seguir passagens do Blog do Medici, publicado em 20 de junho de 2011, cuja “postagem” se intitula “Palpiteiro universal”, e cujo raciocínio de base é o seguinte: partindo de considerações sobre o mecenato ou o patrocínio na construção do Homem Universal (em linhas gerais, evocado como sendo aquele capaz de reunir saberes variados com consistência filosófica e aplicação prática em prol da humanidade), chega-se ao twitter – espaço público tratado como privado? Ou o inverso? Rede de menor importância em que se discutem questões cruciais? Ou poderosa rede em que se alimentam declarações banais? Um jogo de valores põe em xeque as fronteiras na própria experiência desse modo de ocupar a hipermídia e construir o ciberespaço. Logo no início da “postagem”, lê-se:

Entre para a história como protetor dos escritores, sábios e artistas. Meu intuito, como mecenas, era acabar logo com a Idade Média e fazer bombar a Renascença, período com muito mais prestígio, música mais alegre, cores vivas e pinturas famosas, mas que, todavia, inspirou piores filmes que a era anterior. Eu era uma espécie de Lei Rouanet em carne e osso. [...]

Ajudei pintores do calibre de Botticelli, filósofos do prestígio de Ficino e poetas fundamentais como Pulci. Michelangelo iniciou seus estudos patrocinado por mim. Não fosse eu, ele teria de ganhar a vida pintando paredes e tetos de uma só cor. Maquiavel dedicou-me sua obra mais célebre. [...] E notem que nenhum deles foi obrigado a usar um boné estampado com o brasão de minha família (BLOGS DO ALÉM, 2011).

A um conjunto de informações históricas sobre Lorenzo Medici e sua conjuntura, conjugam-se elementos muito característicos da atualidade – desde escolhas lexicais, como *fazer bombar*, a jogos entre mecenato e patrocínio, como em *eu era uma espécie de Lei Rouanet em carne e osso* ou *e notem que nenhum deles foi obrigado a usar um boné estampado com o brasão de minha família*. A supressão de qualquer lógica de linearidade temporal e contiguidade espacial irrompe jocosamente para pôr em relevo coisas sérias, questões humanas permanentes, repostas nos termos da contemporaneidade fluida do período técnico-científico informacional. Medici (ou Knijnik autorizado pela fabulação?) encerra a “postagem” criticando o que resignadamente fez em suas próprias enumerações, nas quais os critérios parecem ser largos ou frouxos demais, a ponto de soarem como falta de critério:

Mas o mundo dá voltas e, finalmente, a fantasia renascentista se concretizou. O homem universal apareceu em grandes quantidades no lugar onde menos se esperava: no Twitter. Lá você encontra usuários que, no intervalo de um par de horas, são capazes de apontar o caminho para o mundo se livrar da energia nuclear, discursar com firmeza sobre as razões que levam alguém a se tornar um serial killer, discorrer com facilidade sobre como deveriam ser as leis de incentivo à cultura e vaticinar se o Adriano vai jogar ou aprontar. Tudo isso em micropostagens de apenas 140 caracteres. Verdadeiros polímatas (BLOGS DO ALÉM, 2011).

E então acontece o ponto de viragem que se opera em quase todos os blogs do além, sentencia-se uma opinião grave e possivelmente inesperada na cenografia delineada ao longo do texto. No Blog do Medici, a voz convocada assim arremata a “postagem”, posicionando-se firmemente diante do alarido midiático da semana:

Mas não pensem que faço uso de fina ironia. Prefiro essa quantidade de gente com voz a opinar sobre tudo e todos do que meia dúzia de especialistas a nos impressionar com seus equívocos (BLOGS DO ALÉM, 2011).

Logo embaixo da foto de Medici (típica de enciclopédias), lê-se no item “Sobre mim”:

O mecenato está no DNA de minha família e se transmite através das gerações. Meu primo Emílio, por exemplo, foi um grande patrocinador da ditadura no Brasil (BLOGS DO ALÉM, 2011).

O efeito de convergência dos momentos põe em xeque a cognoscibilidade planetária que parece ser um default de toda expressão da atualidade, gerador do efeito de “mundo sem fronteiras” ou, no dizer deste Medici que fala do “além” (um

“além-mundo?”), da possibilidade técnica e política de *opinar sobre tudo e todos*. A linhagem dos Medici que aparece aqui também atravessa tempos e espaços criando uma relação entre Medicis tão inusitada quanto plausível, se olhada de um certo lugar – que não é exatamente o de Lorenzo Medici (e certamente não o de Emílio Garrastazu), nem o de Knijnik propriamente (e quem seria Knijnik propriamente?), nem o da revista (não é um editorial, por exemplo). A História não foi desconsiderada, mas reconsiderada numa não-cronologia. Há uma *cronografia* e uma *topografia* fabuladas, cuja validade depende dos expedientes que legitimam essa fabulação, dos gêneros de discurso convocados e suas respectivas formas de circulação, que aqui amalgamam novas e velhas mídias, questões humanas fundamentais e efemeridade (ou mesmo leviandade) das práticas que põem em tela essas questões.

Assim, vive-se na fronteira, na busca por defini-la e vendo-a desmanchar-se: as identidades instituem-se no movimento, e a ubiquidade é um efeito dessa constante movimentação, encarnada nos objetos técnicos e em seus fluxos característicos.

Considerações finais

Há mais a dizer sobre essas noções que, embora retomem problemáticas fartamente exploradas por diversos campos – caso da autoria e do espaço –, permitem abordar elementos centrais do período contemporâneo. Cremos, por isso, que pode ser bastante proveitosa a aproximação de uma certa geografia, que estuda as formações socioespaciais em seus movimentos constitutivos, com uma certa análise do discurso, que se ocupa de pensar os modos de produção, circulação e consumo dos materiais linguísticos, na medida em que esse cruzamento teórico permite maior acuidade no exame do movimento apreendido nas formas.

Expressas em práticas sociais mediadas por objetos técnicos, são essas formas que balizam as identidades, instituindo o que é ordinário e o que não é, pondo questões sobre o estatuto das cenas de enunciação e, necessariamente, sobre os imaginários mobilizados pelos sistemas de produção e consumo dos fluxos de texto.

Referências

- ANTAS JÚNIOR, R. M. **Território e regulação:** espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.
- BLOGS DO ALÉM. Disponível em: <<http://www.blogsdoalem.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011.
- CHARTIER, R. **Inscrever e apagar:** cultura escrita e literatura (séculos XI – XVIII). Tradução Luzmara C. Ferreira. São Paulo: Unesp, 2007.

KNIJNIK, V. Palpiteiro universal. **Blogs do Além**. Disponível em: <<http://www.ablogsdoalem.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

KURTZMAN, J. **A morte do dinheiro**. Como a economia eletrônica desestabilizou os mercados e criou o caos financeiro. Tradução Geni Goldschmidt. São Paulo: Atlas, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. A paratopia e suas sombras. Tradução Décio Rocha. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; POSSENTI, S. (Org.). **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 157-170.

MATTELART, A. **Diversidade cultural e mundialização**. Tradução Marcio Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005.

SALGADO, L. S. **Ritos genéticos editoriais**: autoria e textualização. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2011.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

Received on July 14, 2011.

Accepted on July 25, 2011.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.